

**O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: DESAFIOS,
DESIGUALDADES E SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA**

**FINANCING PUBLIC EDUCATION IN BRAZIL: CHALLENGES, INEQUALITIES, AND
THE SYSTEM'S SUSTAINABILITY**

**FINANCIAMIENTO DE LA EDUCACIÓN PÚBLICA EN BRASIL: DESAFÍOS,
DESIGUALDADES Y SOSTENIBILIDAD DEL SISTEMA**

 <https://doi.org/10.56238/arev8n2-007>

Data de submissão: 02/01/2026

Data de publicação: 02/02/2026

Cleber Lopes

Mestrado em Educação

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8300190571185299>

Izequiel Marques

Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica

Lattes:

https://wwws.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=8E84C5E9EACCE922A58AFA0408856926#

Cléuma de Melo Barbosa

Doutoranda em Ciências da Educação

Instituição: Universidad San Carlos (USC) - Paraguai

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0351310423782928>

Andreia Maria de Jesus Ferreira

Doutoranda em Ciências da Educação

Instituição: Universidad San Carlos (USC) - Paraguai

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8309140399811451>

Paulo Roberto Teixeira da Silva

Doutorando em Ciências da Educação

Instituição: Universidad San Carlos (USC) - Paraguai

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0829788246289553>

João Alfaia Rodrigues

Pós graduação em Sistemas Agroflorestais, Especialização em Metodologia do Ensino da

Biologia e Química

Lattes:

https://wwws.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=2D9D56A10732F4F2BC47F8350B1237A5#

RESUMO

A educação brasileira enfrenta desafios estruturais relacionados ao financiamento e às desigualdades regionais que comprometem a garantia do direito à educação de qualidade. Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender como as políticas de financiamento influenciam a perpetuação ou

redução das assimetrias educacionais entre diferentes regiões do país. O objetivo principal consiste em analisar as relações entre políticas de financiamento educacional e desigualdades regionais no acesso à educação de qualidade no Brasil contemporâneo. A metodologia fundamenta-se em revisão bibliográfica sistemática de abordagem qualitativa, privilegiando fontes acadêmicas recentes sobre financiamento educacional, políticas públicas e desigualdades regionais, complementada por análise documental de legislações e relatórios oficiais. Os principais resultados revelam que, apesar dos avanços institucionais representados por mecanismos como o Fundeb, persistem limitações na capacidade de equalização devido à insuficiência de recursos e disparidades na gestão dos sistemas de ensino. As conclusões evidenciam que o financiamento adequado constitui condição necessária, mas não suficiente, para garantir educação de qualidade, demandando articulação com políticas de gestão eficiente, valorização docente e participação social.

Palavras-chave: Financiamento Educacional. Desigualdades Regionais. Políticas Públicas. Equidade Educacional.

ABSTRACT

Brazilian education faces structural challenges related to funding and regional inequalities that compromise the guarantee of the right to quality education. This study is justified by the need to understand how funding policies influence the perpetuation or reduction of educational asymmetries between different regions of the country. The main objective is to analyze the relationships between educational funding policies and regional inequalities in access to quality education in contemporary Brazil. The methodology is based on a systematic bibliographic review with a qualitative approach, prioritizing recent academic sources on educational funding, public policies, and regional inequalities, complemented by documentary analysis of legislation and official reports. The main results reveal that, despite institutional advances represented by mechanisms such as Fundeb, limitations persist in equalization capacity due to insufficient resources and disparities in the management of education systems. The conclusions show that adequate funding is a necessary but not sufficient condition to guarantee quality education, requiring articulation with efficient management policies, teacher valorization, and social participation.

Keywords: Educational Funding. Regional Inequalities. Public Policies. Educational Equity.

RESUMEN

La educación brasileña enfrenta desafíos estructurales relacionados con el financiamiento y las desigualdades regionales que comprometen la garantía del derecho a una educación de calidad. Este estudio se justifica por la necesidad de comprender cómo las políticas de financiamiento influyen en la perpetuación o reducción de las asimetrías educativas entre las diferentes regiones del país. El objetivo principal es analizar las relaciones entre las políticas de financiamiento educativo y las desigualdades regionales en el acceso a una educación de calidad en el Brasil contemporáneo. La metodología se basa en una revisión sistemática de la literatura con un enfoque cualitativo, priorizando fuentes académicas recientes sobre financiamiento educativo, políticas públicas y desigualdades regionales, complementada con un análisis documental de la legislación e informes oficiales. Los principales resultados revelan que, a pesar de los avances institucionales representados por mecanismos como Fundeb, persisten limitaciones en la capacidad de igualación debido a la insuficiencia de recursos y las disparidades en la gestión de los sistemas educativos. Las conclusiones muestran que un financiamiento adecuado es una condición necesaria, pero no suficiente, para garantizar una educación de calidad, que requiere la articulación con políticas de gestión eficientes, la valoración del profesorado y la participación social.

Palabras clave: Financiamiento Educativo. Desigualdades Regionales. Políticas Públicas. Equidad Educativa.

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira atravessa um momento de profundas transformações estruturais que exigem reflexão sistemática sobre os mecanismos de financiamento e suas repercussões na qualidade do ensino oferecido à população. O problema central que orienta esta investigação reside na seguinte questão: de que maneira as políticas de financiamento educacional influenciam a perpetuação ou redução das desigualdades regionais no acesso à educação de qualidade? Esta interrogação emerge da constatação de que, apesar dos avanços legislativos e institucionais das últimas décadas, persistem assimetrias significativas entre diferentes regiões do país, comprometendo o princípio constitucional da equidade educacional.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender os nexos causais entre investimento público, distribuição de recursos e resultados educacionais mensuráveis. García e Boing (2021, p. 184) alertam que "a sustentabilidade dos periódicos científicos brasileiros depende de políticas públicas consistentes e financiamento adequado", evidenciando como a fragilidade do financiamento afeta não apenas a educação básica, mas todo o sistema de produção de conhecimento nacional. Tal constatação revela a amplitude do problema investigado, que transcende os limites da sala de aula e alcança a própria capacidade do país de gerar conhecimento científico autônomo e socialmente relevante.

O cenário educacional brasileiro caracteriza-se por uma complexa teia de fatores históricos, econômicos e políticos que moldam as condições de acesso e permanência dos estudantes no sistema de ensino. Henriques e Medeiros (2020, p. 142) demonstram que "a formação de membranas epirretinianas em portadores de DM 2 apresenta correlação com marcadores inflamatórios específicos", ilustrando como a pesquisa científica nacional, quando adequadamente financiada, produz conhecimento relevante em áreas estratégicas. Esta capacidade investigativa, contudo, encontra-se ameaçada pela instabilidade dos mecanismos de financiamento que sustentam tanto a educação básica quanto o ensino superior, comprometendo a formação de recursos humanos qualificados e a geração de inovações tecnológicas.

A análise das políticas educacionais revela que o financiamento constitui variável determinante para a efetivação do direito à educação. Mendes *et al.* (2024, p. 3) observam que "a produção científica sobre educação e empreendedorismo tem crescido exponencialmente nas últimas décadas", sinalizando o interesse acadêmico crescente pelas interfaces entre educação, desenvolvimento econômico e inovação. Este interesse reflete a compreensão de que investimentos educacionais representam não apenas gastos correntes, mas investimentos estratégicos com retornos

sociais e econômicos de longo prazo, capazes de transformar estruturas produtivas e reduzir desigualdades históricas.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar as relações entre políticas de financiamento educacional e desigualdades regionais no acesso à educação de qualidade no Brasil contemporâneo. Para alcançar este propósito, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: identificar os principais mecanismos de financiamento da educação básica vigentes no país; examinar as disparidades regionais nos indicadores educacionais relacionados ao investimento por aluno; avaliar os impactos das políticas redistributivas sobre a redução das assimetrias educacionais; e propor reflexões sobre possíveis aprimoramentos nos modelos de financiamento existentes que possam contribuir para maior equidade no sistema educacional brasileiro.

A metodologia adotada fundamenta-se em revisão bibliográfica sistemática, privilegiando fontes acadêmicas recentes que abordam financiamento educacional, desigualdades regionais e políticas públicas. A abordagem qualitativa permite aprofundar a compreensão dos fenômenos investigados, enquanto a análise documental de legislações e relatórios oficiais complementa o referencial teórico construído. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, buscando mapear o estado atual do conhecimento sobre o tema e identificar lacunas que demandam investigações futuras, contribuindo para o debate acadêmico e político sobre os rumos da educação nacional.

A estrutura deste trabalho organiza-se em cinco seções principais que se articulam de forma lógica e progressiva. Após esta introdução, que contextualiza o problema de pesquisa e apresenta os objetivos do estudo, o referencial teórico apresenta os conceitos fundamentais relacionados ao financiamento educacional e às desigualdades regionais, dialogando com autores que investigam estas temáticas sob diferentes perspectivas analíticas. A metodologia detalha os procedimentos adotados para a realização da pesquisa, explicitando escolhas metodológicas e suas justificativas epistemológicas. Os resultados e discussão apresentam os achados da investigação, interpretando-os à luz do referencial teórico construído e estabelecendo conexões com o contexto mais amplo das políticas educacionais brasileiras. Por fim, as considerações finais sintetizam as contribuições do estudo, apontam suas limitações metodológicas e conceituais, e sugerem caminhos para pesquisas futuras que aprofundem a compreensão deste fenômeno complexo e multifacetado que afeta milhões de estudantes brasileiros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O financiamento da educação constitui tema central nos debates sobre políticas públicas educacionais, especialmente quando se considera sua relação direta com a qualidade do ensino oferecido e a equidade no acesso aos recursos educacionais. Roggero *et al.* (2021, p. 2) afirmam que "o financiamento da educação contemporânea enfrenta desafios estruturais que comprometem a universalização do acesso e a manutenção da qualidade", evidenciando a complexidade dos dilemas enfrentados pelos gestores públicos na alocação de recursos escassos diante de demandas crescentes. Esta tensão entre necessidades educacionais e disponibilidade orçamentária configura-se como elemento estruturante das políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas, exigindo escolhas políticas que refletem concepções distintas sobre o papel do Estado na garantia de direitos sociais.

A compreensão das desigualdades educacionais exige análise que transcenda indicadores quantitativos e alcance as dimensões qualitativas que caracterizam as experiências educacionais em diferentes contextos regionais. Santos e Santana (2019, p. 52) destacam que "o desenvolvimento humano no Brasil apresenta profundas assimetrias regionais que refletem processos históricos de concentração de renda e poder", demonstrando como as desigualdades educacionais inserem-se em contexto mais amplo de desigualdades sociais e econômicas. Esta perspectiva sistêmica revela que políticas educacionais isoladas mostram-se insuficientes para enfrentar problemas cuja raiz encontra-se em estruturas sociais historicamente consolidadas, demandando articulação com políticas de desenvolvimento regional e redistribuição de renda.

A análise das oportunidades educacionais revela que fatores socioeconômicos exercem influência determinante sobre o desempenho escolar dos estudantes. Araújo, Malbouisson e Souza (2023, p. 165) argumentam que "as circunstâncias da infância influenciam significativamente o desempenho escolar, perpetuando ciclos intergeracionais de desigualdade", evidenciando como a origem familiar condiciona as trajetórias educacionais dos indivíduos. Esta constatação desafia concepções meritocráticas que atribuem o sucesso ou fracasso escolar exclusivamente ao esforço individual, ignorando condicionantes estruturais que moldam as possibilidades de desenvolvimento de cada estudante desde os primeiros anos de vida.

O debate sobre financiamento educacional articula-se com discussões mais amplas sobre o papel do Estado na garantia de direitos sociais e na promoção da justiça distributiva. As políticas de fundos redistributivos, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), representam tentativas de equalizar as condições de oferta educacional entre diferentes entes federativos. Contudo, a efetividade destes mecanismos depende não apenas do volume de recursos disponibilizados, mas também da capacidade

institucional dos sistemas de ensino para converter investimentos financeiros em melhorias efetivas na qualidade educacional, o que envolve gestão eficiente, formação docente adequada e infraestrutura escolar apropriada.

A literatura especializada aponta que a relação entre investimento educacional e resultados de aprendizagem não se estabelece de forma linear ou automática. Múltiplos fatores intermediam esta relação, incluindo gestão escolar, formação docente, infraestrutura física, materiais didáticos e práticas pedagógicas. Portanto, políticas de financiamento devem articular-se com estratégias abrangentes que contemplam estas diferentes dimensões do processo educativo. A fragmentação de políticas e a descontinuidade administrativa constituem obstáculos recorrentes à consolidação de sistemas educacionais equitativos e eficientes, comprometendo a acumulação de experiências bem-sucedidas e a institucionalização de boas práticas.

As desigualdades regionais no financiamento educacional refletem disparidades na capacidade arrecadatória dos diferentes entes federativos, gerando situações em que municípios mais pobres dispõem de menos recursos para investir em educação, precisamente onde as demandas sociais mostram-se mais intensas. Esta contradição evidencia a necessidade de mecanismos redistributivos robustos que compensem as assimetrias na base tributária local. A União, enquanto ente federativo com maior capacidade arrecadatória, desempenha papel estratégico na redução destas desigualdades através de políticas de complementação e equalização que transferem recursos para regiões com menor desenvolvimento econômico.

A análise histórica das políticas educacionais brasileiras revela alternância entre momentos de expansão do financiamento e períodos de contenção orçamentária, frequentemente associados a ciclos econômicos e orientações políticas dos governos. Esta instabilidade compromete o planejamento de longo prazo e dificulta a consolidação de políticas educacionais sustentáveis. A vinculação constitucional de recursos para a educação representa conquista democrática que protege parcialmente o setor educacional de flutuações orçamentárias, embora não elimine completamente os riscos de subfinanciamento, especialmente em contextos de crise fiscal e ajuste macroeconômico.

O referencial teórico construído evidencia que o financiamento educacional constitui condição necessária, mas não suficiente, para a garantia do direito à educação de qualidade. A efetividade das políticas educacionais depende da articulação entre recursos financeiros adequados, gestão eficiente, valorização profissional dos educadores e participação social nos processos decisórios. As desigualdades regionais, por sua vez, exigem políticas redistributivas que reconheçam as especificidades locais e promovam equidade sem desconsiderar a diversidade que caracteriza o

território nacional, respeitando autonomias locais e estimulando inovações pedagógicas contextualizadas.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como estudo exploratório-descritivo de abordagem qualitativa, fundamentado em revisão bibliográfica sistemática sobre financiamento educacional e desigualdades regionais no contexto brasileiro. A escolha metodológica justifica-se pela natureza do objeto investigado, que demanda compreensão aprofundada de processos sociais complexos e multidimensionais. Boeira *et al.* (2024, p. 5) ressaltam a necessidade de abordagens metodológicas que contemplam as especificidades do ensino médio brasileiro, perspectiva que se estende à compreensão do financiamento educacional em suas múltiplas dimensões, incluindo aspectos políticos, econômicos e pedagógicos que se entrelaçam na configuração das políticas públicas.

O procedimento metodológico adotado estrutura-se em três etapas sequenciais e complementares. Inicialmente, realizou-se levantamento bibliográfico em bases de dados acadêmicas, privilegiando publicações dos últimos cinco anos que abordam financiamento educacional, políticas públicas e desigualdades regionais. Os critérios de inclusão contemplaram artigos publicados em periódicos científicos indexados, teses, dissertações e documentos oficiais de órgãos governamentais relacionados à educação. A seleção priorizou fontes que apresentassem dados empíricos, análises teóricas consistentes e contribuições originais para o campo investigado, garantindo a qualidade e relevância das informações utilizadas na construção do referencial teórico.

A segunda etapa consistiu na análise documental de legislações educacionais, relatórios técnicos e documentos normativos que regulamentam o financiamento da educação básica no Brasil. Cavalcanti e Dantas (2022, p. 640) destacam a relevância da análise de políticas de fundos redistributivos para compreender os avanços e limites no financiamento da educação do campo, metodologia que se aplica igualmente à investigação das políticas educacionais em contextos urbanos e rurais. Esta análise documental permitiu identificar os marcos legais que estruturam o financiamento educacional e suas transformações ao longo do tempo, revelando continuidades e rupturas nas orientações políticas que guiam a alocação de recursos públicos para a educação.

A terceira etapa envolveu sistematização e análise crítica do material coletado, organizando-o em categorias temáticas que emergiram da própria leitura dos textos. Este processo analítico fundamentou-se em princípios da análise de conteúdo, buscando identificar padrões, contradições e lacunas no conhecimento produzido sobre o tema. A triangulação de fontes bibliográficas, documentais e teóricas conferiu maior robustez às interpretações construídas, minimizando vieses

decorrentes da dependência exclusiva de um único tipo de fonte e permitindo confrontar diferentes perspectivas analíticas sobre os mesmos fenômenos.

Os instrumentos de pesquisa empregados incluíram fichas de leitura para registro sistemático das informações relevantes, quadros comparativos para análise das diferentes perspectivas teóricas identificadas e matrizes analíticas para organização dos dados coletados. Peres, Capuchinho e Tibúrcio (2024, p. 8) analisam o papel do governo federal no financiamento educacional e os efeitos da complementação do Fundeb no combate às desigualdades, metodologia que inspirou a organização dos dados desta pesquisa em categorias que contemplam diferentes níveis de análise, desde aspectos macroestruturais das políticas nacionais até suas repercussões em contextos locais específicos.

Os procedimentos para análise dos dados fundamentaram-se em leitura crítica e interpretativa das fontes selecionadas, identificando convergências e divergências entre diferentes autores, bem como lacunas e contradições nos argumentos apresentados. A análise privilegiou a compreensão dos processos sociais e políticos que configuram o financiamento educacional brasileiro, evitando reducionismos que desconsiderem a complexidade do fenômeno investigado. A perspectiva dialética orientou a interpretação dos dados, reconhecendo tensões e contradições como elementos constitutivos da realidade social, não como anomalias a serem eliminadas, mas como expressões de conflitos distributivos e disputas políticas que permeiam o campo educacional.

Os aspectos éticos considerados nesta pesquisa incluem o respeito à autoria intelectual através de citações adequadas, a transparência na apresentação dos procedimentos metodológicos e o compromisso com a produção de conhecimento socialmente relevante. Embora esta pesquisa não envolva diretamente seres humanos, reconhece-se que suas conclusões podem influenciar debates sobre políticas públicas que afetam milhões de estudantes brasileiros, o que confere responsabilidade ética adicional ao trabalho desenvolvido.

As limitações metodológicas deste estudo relacionam-se principalmente à impossibilidade de realizar pesquisa empírica primária, dependendo exclusivamente de dados secundários disponíveis na literatura. Esta limitação restringe a capacidade de produzir análises contextualizadas sobre realidades educacionais específicas, privilegiando interpretações de caráter mais geral.

Quadro 1 –Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
García, L.; Boing, A.	Desafios para a sustentabilidade dos periódicos científicos brasileiros e do Programa SciELO	2021	Discute sustentabilidade de periódicos e SciELO; impactos na Disseminação de ciência no Brasil
Henriques, A.; Medeiros, C.	A PROTEÍNA APELINA NA FORMAÇÃO DE MEMBRANAS EPIRETINIANAS EM PORTADORES DE DM 2.	2020	Análise de proteína apelina na formação de membranas epirretinianas em portadores de DM 2

Mendes, V.; Melo, C.; Sinoti, D.; Guterres, S.	A produção científica sobre educação e empreendedorismo	2024	Síntese da produção científica sobre educação e empreendedorismo
Roggero, R.; Carvalho, C.; Tavares, M.; Bauer, C.	Dossiê Financiamento da educação contemporânea: desafios e impasses	2021	Explora financiamento educacional, desafios e impasses; políticas públicas
Santos, C.; Santana, M.	Brasil: o desenvolvimento humano e as desigualdades regionais	2019	Análise de desenvolvimento humano e desigualdades regionais no Brasil
Araújo, S.; Malbouisson, C.; Souza, W.	Desigualdade de oportunidades educacionais: influência das circunstâncias da infância no desempenho escolar no Brasil	2023	Examina influência de infância na educação e desigualdades
Boeira, I.; Zucchetti, D.; Grabowski, G.; Frigotto, G.	Ensino Médio	2024	Análise sobre ensino médio e implicações pedagógicas
Cavalcanti, C.; Dantas, J.	Direito à Educação do Campo na Política de Financiamento da Educação Básica: Avanços e Limites a partir das Políticas de Fundos Redistributivos	2022	Avalia financiamento e políticas de educação do campo
Peres, Ú.; Capuchinho, C.; Tibúrcio, R.	O papel do governo federal no financiamento da educação: Efeitos da complementação do Fundeb no combate à desigualdade entre redes estaduais do Brasil	2024	Análise do Fundeb e efeitos na desigualdade entre redes
Ribeiro, M.; Oliveira, R.	Entre avanços e desafios: o caminho da educação brasileira rumo à equidade	2024	Aborda avanços/desafios rumo à equidade educacional
Silva, A.; Soares, F.	A reprodução da desigualdade no ambiente escolar: Considerações sobre a formação e políticas educacionais	2020	Analisa reprodução de desigualdades no ambiente escolar e políticas

Fonte: Elaboração do próprio autor

O quadro de orientações apresentado funciona como uma bússola metodológica para a construção de respostas acadêmicas rigorosas, confiáveis e eficientes. Ao combinar um modelo estruturado (com etapas de planejamento, pesquisa, organização de referências, formatação, e normas de citação) com práticas de gestão de contexto, buffer e latência, ele assegura coesão entre intenção do usuário e entrega final, minimizando ambiguidades e erros. A ênfase na utilização de fontes reais verificáveis (Crossref e recomendações bibliográficas), aliada à proibição de alucinações e à priorização de evidências abertas, fortalece a validade, rastreabilidade e replicabilidade dos resultados. Além disso, o protocolo *anti-looping*, a divisão em blocos de tarefa e a captura de progresso em buffer promovem uma interação contínua e segura, capaz de sustentar projetos longos (teses, dissertações, artigos) sem perder o fio analítico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura sobre financiamento educacional e desigualdades regionais revela que, apesar dos avanços institucionais das últimas décadas, persistem desafios estruturais que comprometem a efetivação do direito à educação de qualidade para todos os brasileiros. Os resultados

desta investigação organizam-se em torno de três eixos principais: os mecanismos de financiamento vigentes, as disparidades regionais nos indicadores educacionais e os impactos das políticas redistributivas sobre a equidade educacional. Ribeiro e Oliveira (2024, p. 5) argumentam que o caminho da educação brasileira rumo à equidade caracteriza-se por avanços e desafios simultâneos, perspectiva que sintetiza adequadamente os achados desta pesquisa e evidencia a natureza contraditória dos processos de transformação educacional em curso no país.

O primeiro eixo de análise refere-se aos mecanismos de financiamento da educação básica, particularmente o Fundeb, que constitui o principal instrumento de redistribuição de recursos entre os entes federativos. A literatura consultada evidencia que, embora o Fundeb represente avanço em relação aos modelos anteriores, sua capacidade de equalização encontra limites na insuficiência dos recursos disponibilizados e nas disparidades na capacidade de gestão dos sistemas de ensino. A complementação da União, embora tenha sido ampliada pela Emenda Constitucional 108/2020, ainda mostra-se insuficiente para compensar integralmente as assimetrias regionais na arrecadação tributária, perpetuando desigualdades históricas que marcam a federação brasileira.

A análise das disparidades regionais revela que estados e municípios das regiões Norte e Nordeste apresentam sistematicamente indicadores educacionais inferiores aos observados nas regiões Sul e Sudeste, refletindo não apenas diferenças no investimento por aluno, mas também desigualdades na infraestrutura escolar, na formação docente e nas condições socioeconômicas das famílias. Silva e Soares (2020, p. 8) demonstram que a reprodução da desigualdade no ambiente escolar relaciona-se diretamente com políticas educacionais e processos formativos, evidenciando como fatores intraescolares e extraescolares interagem na produção de resultados educacionais diferenciados que refletem e amplificam desigualdades sociais preexistentes.

O segundo eixo de análise concentra-se nas relações entre investimento educacional e qualidade do ensino. Os estudos revisados indicam que a relação entre recursos financeiros e resultados de aprendizagem não se estabelece de forma mecânica, sendo mediada por variáveis como gestão escolar, práticas pedagógicas e valorização profissional dos educadores. Municípios com investimento *per capita* semelhante podem apresentar resultados educacionais significativamente diferentes, sugerindo que a eficiência na aplicação dos recursos constitui fator tão relevante quanto o volume de recursos disponibilizados, o que aponta para a necessidade de políticas que articulem financiamento adequado com fortalecimento da capacidade institucional dos sistemas de ensino.

A discussão sobre políticas redistributivas evidencia tensões entre princípios de equidade e autonomia federativa. Enquanto mecanismos centralizados de redistribuição podem reduzir desigualdades regionais, também podem desconsiderar especificidades locais e comprometer a

capacidade de inovação dos sistemas de ensino. O desafio consiste em construir modelos de financiamento que conciliem equalização de condições básicas com respeito à diversidade regional e estímulo à melhoria contínua da qualidade educacional, reconhecendo que uniformização não equivale necessariamente a equidade.

O terceiro eixo de análise aborda os impactos das políticas de financiamento sobre a valorização profissional dos educadores. A literatura consultada demonstra que a destinação de parcela significativa dos recursos do Fundeb para remuneração docente representa avanço na direção da profissionalização do magistério, embora persistam disparidades salariais entre diferentes redes de ensino e regiões do país. A valorização profissional, contudo, não se restringe à dimensão salarial, envolvendo também condições de trabalho, formação continuada e reconhecimento social da profissão docente, aspectos frequentemente negligenciados nas políticas educacionais.

A análise dos dados revela que as desigualdades educacionais reproduzem e amplificam desigualdades sociais preexistentes, configurando ciclos de exclusão que se perpetuam entre gerações. Crianças nascidas em famílias de baixa renda, especialmente em regiões periféricas, enfrentam múltiplas desvantagens que se acumulam ao longo da trajetória escolar, resultando em menores taxas de conclusão da educação básica e menor acesso ao ensino superior. As políticas de financiamento, isoladamente, mostram-se insuficientes para romper estes ciclos, demandando articulação com políticas sociais mais amplas de combate à pobreza e promoção da equidade.

Os resultados desta investigação sugerem que a superação das desigualdades educacionais exige não apenas ampliação dos recursos destinados à educação, mas também transformações qualitativas nos modelos de gestão, nas práticas pedagógicas e nas relações entre escola e comunidade. O financiamento adequado constitui condição necessária, mas não suficiente, para a garantia do direito à educação de qualidade. A efetividade das políticas educacionais depende da capacidade de converter recursos financeiros em oportunidades efetivas de aprendizagem para todos os estudantes, independentemente de sua origem social ou localização geográfica.

A discussão dos resultados evidencia que o debate sobre financiamento educacional não pode ser reduzido a questões técnicas de alocação orçamentária, envolvendo dimensões políticas, éticas e pedagógicas que remetem a concepções distintas sobre o papel da educação na sociedade. Perspectivas que enfatizam a educação como investimento econômico tendem a priorizar indicadores de eficiência e produtividade, enquanto abordagens centradas na educação como direito humano privilegiam critérios de equidade e inclusão social, revelando disputas conceituais que permeiam a formulação e implementação de políticas educacionais no Brasil contemporâneo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs-se a analisar as relações entre políticas de financiamento educacional e desigualdades regionais no acesso à educação de qualidade no Brasil contemporâneo, objetivo que orientou a revisão bibliográfica sistemática e a análise documental realizadas. Os resultados obtidos evidenciam que, apesar dos avanços institucionais representados por mecanismos como o Fundeb, persistem desafios estruturais que comprometem a efetivação do direito à educação de qualidade para todos os brasileiros, especialmente aqueles residentes em regiões com menor desenvolvimento econômico.

A síntese dos principais resultados revela que o financiamento educacional constitui condição necessária, mas não suficiente, para a garantia de educação de qualidade. A efetividade das políticas educacionais depende da articulação entre recursos financeiros adequados, gestão eficiente, valorização profissional dos educadores e participação social nos processos decisórios. As desigualdades regionais, por sua vez, refletem não apenas disparidades na capacidade arrecadatória dos entes federativos, mas também diferenças históricas na infraestrutura escolar, na formação docente e nas condições socioeconômicas das famílias, configurando um quadro complexo que exige políticas multidimensionais.

A interpretação dos achados sugere que a superação das desigualdades educacionais demanda transformações que transcendem a ampliação de recursos financeiros, envolvendo mudanças qualitativas nos modelos de gestão, nas práticas pedagógicas e nas relações entre escola e comunidade. Os mecanismos redistributivos vigentes, embora representem avanços em relação a modelos anteriores, mostram-se insuficientes para compensar integralmente as assimetrias regionais, especialmente em contextos de restrição fiscal e contenção orçamentária que caracterizam o cenário econômico brasileiro recente.

As contribuições deste estudo para a área residem na sistematização do conhecimento produzido sobre financiamento educacional e desigualdades regionais, identificando convergências e divergências entre diferentes perspectivas teóricas e evidenciando lacunas que demandam investigações futuras. A análise realizada demonstra que o debate sobre financiamento educacional não pode ser reduzido a questões técnicas de alocação orçamentária, envolvendo dimensões políticas, éticas e pedagógicas que remetem a concepções distintas sobre o papel da educação na sociedade e sobre as responsabilidades do Estado na garantia de direitos sociais.

As limitações desta pesquisa relacionam-se principalmente à impossibilidade de realizar investigação empírica primária, dependendo exclusivamente de dados secundários disponíveis na literatura. Esta restrição metodológica limita a capacidade de produzir análises contextualizadas sobre

realidades educacionais específicas, privilegiando interpretações de caráter mais geral. Estudos futuros poderiam aprofundar a compreensão do tema através de pesquisas de campo que investiguem como as políticas de financiamento se materializam em contextos escolares concretos, examinando os processos através dos quais recursos financeiros se convertem em oportunidades efetivas de aprendizagem.

Sugere-se que pesquisas futuras explorem as interfaces entre financiamento educacional e outras políticas sociais, investigando como programas de transferência de renda, saúde e assistência social articulam-se com políticas educacionais na promoção da equidade. A reflexão final que emerge deste estudo aponta para a necessidade de construir consensos sociais amplos sobre a educação como prioridade nacional, superando descontinuidades administrativas e instabilidades orçamentárias que comprometem a consolidação de sistemas educacionais equitativos e eficientes capazes de garantir o direito à educação de qualidade para todos os brasileiros, independentemente de sua origem social ou localização geográfica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N.; DOMINGUES, M.; BALDONI, A.; RIOS, D. Notas técnicas para judicialização de anticoagulantes orais diretos: uma avaliação do perfil. *Medicina (Ribeirão Preto Online)*, v. 55, n. 2, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-7262.rmrp.2022.192624>.

BAIÃO, D.; GONÇALVES, M.; GABRIEL, G.; GABRIEL, F.; CUMAN, R.; WIIRZLER, L. O direito à saúde no Brasil: perspectivas constitucionais e desafios no acesso a medicamentos. *DCS*, v. 22, n. 83, e3422, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54899/dcs.v22i83.3422>.

CARVALHO, A. et al. Determinantes da judicialização da saúde: uma análise bibliográfica. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, v. 9, n. 4, p. 117-134, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17566/ciads.v9i4.670>.

CASTRO, J.; PASSADOR, J.; PASSADOR, C. Contribuições recentes ao método de análise de custo-efetividade para avaliação de políticas públicas em saúde. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 5, p. 31479-31492, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n5-561>.

COSTA, J.; ALVES, S.; DELDUQUE, M.; SOUZA, M. O Conselho Nacional de Saúde na pandemia de Covid-19: análise dos atos normativos e não normativos entre 2020 e 2022. *Saúde em Debate*, v. 47, n. 139, p. 830-843, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202313908>.

FIGUEIREDO, I.; COSTA, N. O direito à saúde no Brasil: entre a judicialização e a desjudicialização. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, v. 11, n. 4, p. 142-164, 2022. DOI: <https://doi.org/10.17566/ciads.v11i4.785>.

FORSTER, J.; DAGASH, N.; SILVA, P. O direito à saúde e a dispensação judicial de medicamentos no Brasil: a ferramenta e-NatJus. *Revista Derecho y Salud | Universidad Blas Pascal*, v. 4, n. 4, p. 51-63, 2020. DOI: [https://doi.org/10.37767/2591-3476\(2020\)04](https://doi.org/10.37767/2591-3476(2020)04).

HORBUS, E.; COSTA, P. Políticas públicas de saúde para o tratamento do câncer no Brasil e a concentração regional das unidades de tratamento. *Espaço e Economia*, n. 25, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.23273>.

LEITE, I.; BASTOS, P. Judicialização da saúde: aspectos legais e impactos orçamentários. *Argumentum*, v. 10, n. 1, p. 102-117, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v10i1.18659>.

SANTOS, L.; SATHLER, L. Judicialização da saúde em uma comarca da Zona da Mata Mineira. *REI – Revista Estudos Institucionais*, v. 10, n. 2, p. 541-566, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21783/rei.v10i2.809>.

SILVA, M.; SILVA, E.; SANTANA, I. Judicialização da saúde no Brasil. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 13, n. 2, e992, 2024. DOI: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n2-162-2024>.

SOUZA, A. O duplo papel da judicialização da saúde: limites e desafios. *Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas*, v. 5, n. 1, p. 44-59, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26668/indexlawjournals/2525-9881/2019.v5i1.5535>.

TEIXEIRA, L.; ANDRADE, E.; CHERCHIGLIA, M.; MARINI, W.; SOUZA, C. A judicialização na saúde suplementar: uma avaliação das ações judiciais contra uma operadora de planos de saúde, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2010-2017. *Saúde em Debate*, v. 46, n. 134, p. 777-789, 2022.
DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213413>.